



# informe ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Fundada em 10 de dezembro de 1985

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2013 - Ano 15 - nº 173 \* Distribuição Gratuita \* Criado em 25 de dezembro de 1998

## Jornada de lutas de agosto preparando a greve

### Considerando:

A nova situação política no país que se abriu com as jornadas de junho protagonizadas pela juventude em manifestações populares que tomaram as ruas de todo o Brasil, promovendo um salto importante com as manifestações, paralisações e bloqueios de estradas nesse período.

Que a grande mídia tentou minimizar a força política da mobilização da classe trabalhadora organizada no dia 11 de julho;

Que em aferição cuidadosa, a direção nacional da FASUBRA avaliou positivamente as mobilizações que foram chamadas pelas centrais, e que no dia 11 não tivemos uma multidão nas ruas como nas jornadas de junho, mas a quantidade de greves em setores como metalúrgicos, rodoviários, construção civil, petroleiros, bancários, trabalhadores do serviço público e nas universidades foram significativas, pois o processo de mobilização de greves de trabalhadores é diferente das manifestações populares, pois afetam diretamente a produção e circulação de mercadorias. Em que pese às desigualdades na intensidade das mobilizações de região para região, houve cidades que viveram um dia de greve geral, onde tudo parou;

Que tanto as jornadas de junho, como o dia 11 de julho são partes do mesmo processo do ascenso da luta de classes no país. Mesmo com setores da direita (em especial a grande mídia) tentando sem sucesso "surfear" nessa onda de mobilizações, está claro que majoritariamente o sentimento dos milhares de trabalhadores e da juventude que se colocaram em movimento é de insatisfação exigindo dos governos federal, estaduais e municipais mudanças progressivas nas suas condições de vida (transporte, saúde e educação), além da luta contra corrupção, homofobia e projetos de leis do congresso nacional nocivo à população, entre outros;

Que nas últimas semanas segue existindo mobilizações regionalizadas, (inclusive na visita do Papa ao Brasil) que foram duramente reprimidas, há endurecimento da ação policial nas ruas, com infiltração sistemática de policiais a paisana entre os manifestantes e com o uso de munição letal, que acabou atingindo um companhei-

ro de nossa categoria (TAE da UNIRIO), nas mobilizações no Rio de Janeiro nessa semana; Que a popularidade do governo federal, bem como dos governos estaduais estão em queda, demonstrando que a população está responsabilizando tanto o governo Dilma como os governos estaduais e municipais pelo não atendimento das necessidades do povo brasileiro;

Que a política econômica do governo federal se mantém na lógica ortodoxa e conservadora do governo neoliberal de FHC, impedindo que haja recursos financeiros para atender as demandas da população, mesmo com toda mobilização popular do último período;

Que o Governo Dilma não apresentou nenhuma política econômica e ou ação de grande relevância que seja capaz de minimizar as ações de rua pelo País, ao contrário, a medida econômica mais importante do governo até agora, foi o corte de R\$ 10 bilhões no orçamento anunciado nessa semana pelo Ministro da Fazenda – Guido Mantega;

Que a crise econômica chegou ao país, mesmo ainda tendo o seu epicentro na Europa. Estamos vendo a dificuldade do governo em controlar a inflação, a balança comercial apresenta números desfavoráveis e o PIB promete um crescimento pífio para esse ano. Significa que as medidas da equipe econômica de Dilma podem ser ainda mais conservadoras em relação à negociação da pauta do funcionalismo público, e consequentemente com a pauta específica da FASUBRA, que pode ser prejudicada. Até o momento não houve sinalização por parte do governo em demonstrar disposição para o atendimento de qualquer ponto, sequer agendou reunião com a Federação e com o conjunto do funcionalismo. Assim, não é possível ficar em compasso de espera aguardando a boa vontade do governo que vamos conseguir avançar em nossas conquistas. Só a **pressão política** irá mudar a

intenção do governo em ignorar a nossa pauta e ainda aprovar projetos que estão no Congresso Nacional como o **PLP 92/2007 que aprofunda a privatização do Estado**;

Que acertadamente as Centrais Sindicais estão convocando mais um **Dia Nacional de Paralisação para 30 de agosto**. A Direção Nacional da FASUBRA convoca todos os TAEs a se levantarem em conjunto com os movimentos sociais organizados, a juventude e os trabalhadores de outras categorias para juntos consolidarmos esse momento da história do país com conquistas e vitórias importantes para os TAEs e para a classe trabalhadora brasileira;

Que o momento político abriu uma janela de oportunidades para os trabalhadores com o acirramento da luta de classes, onde está colocada a necessidade de organizarmos e darmos um rumo e objetividade para as mobilizações que crescem, caso contrário podemos correr o risco de retrocessos em nossas conquistas. A situação política exige o engajamento nas lutas e os TAEs não podem se colocar de fora desse processo. Precisamos exigir o atendimento de

nossas demandas bem como devemos apoiar a insatisfação popular e o desejo de mudanças que está nas ruas, a partir da luta da juventude que provou que é preciso lutar e possível vencer, que se caracterizou na redução das tarifas de transporte público em várias cidades;

Que os Sindicatos de base reafirmem nessas mobilizações, suas pautas internas que destaque, por exemplo, a luta contra o assédio moral e perseguições que os TAEs vêm sofrendo por gestores e por reitorias em várias universidades. Como também é muito importante que nesse processo de mobilização que os Sindicatos estejam atentos na luta contra as exclusões. Não queremos nenhuma mulher e nenhum companheiro@ homossexual excluído das lutas;

Os trabalhadores dos serviços públicos federais já estão com greve em curso a exemplo do DNIT e, outros setores já se organizando a exemplo da FENASPS já estão com indicativo de greve por tempo indeterminado marcado para o dia 15 de agosto.





Continuação da matéria de capa

## Informe da Fasubra

### Diante do exposto, propomos:

- Protocolar semanalmente a pauta da FASUBRA e dos SPFs no MEC e MPOG. Exigindo negociação já!;
- Construir comandos locais de mobilização em cada sindicato, com a Direção da FASUBRA visitando os locais de trabalho num efetivo trabalho de base para trazer a categoria para a luta;
- A Direção Nacional da FASUBRA levará ao Fórum dos SPFs a discussão sobre a possibilidade de greve geral do funcionalismo público;
- A Direção Nacional da FASUBRA está indicando às entidades de base o debate durante o mês de agosto sobre o indicativo de greve para o mês de setembro, caso o governo federal não der respostas significativas em relação ao atendimento da pauta dos TAEs e do funcionalismo público federal;
- Plenária Nacional da FASUBRA, nos dias 13 e 14 de setembro, para avaliar o indicativo de greve da categoria, buscando conjugar com uma Plenária dos federais. Como também buscando a unidade de ação possível com as categorias que estarão em campanha salarial nesse período. (correios, petroleiros e bancários).

### Calendário:

**6 de Agosto:** Dia Nacional de luta contra a Regulamentação da Terceirização;

**15 de Agosto:** Paralisação Nacional com prioridade para a luta em defesa Saúde Pública gratuita e de Qualidade;

**26 a 30 de Agosto: Semana Nacional de Paralisação** com atividades de rua, debates e ações em conjunto com docentes, estudantes e outras categorias de trabalhadores (Exigindo o atendimento de nossa pauta). Com destaque para a luta contra a EBSERH e PLP 92/07 que privatizam os HU's e todos os setores das universidades.

### Pauta Específica da FASUBRA, que será protocolada semanalmente no MEC e MPOG a partir da semana que vem:

- 10% do PIB para Educação pública, já!;
- 10% do PIB para a Saúde pública, já!;
- Autonomia, só com democracia, democratização das IES;
- Revogação da EBSERH e fortalecimento do SUS e pela não aprovação do PLP 92/07;
- Antecipação das parcelas e STEP do acordo de greve de 2012;
- Anulação da Reforma da Previdência e prisão para os mensaleiros;
- Resultados concretos com ganhos para a categoria (sem mais adiamento) em todos os GT's do acordo de greve: Democratização, Terceirização, Racionalização e Dimensionamento, Reposicionamento dos Aposentados;
- ü Ampliação dos turnos contínuos em todas as IFES para atender por mais tempo a comunidade universitária e a sociedade, com jornada de trabalho de 30 h garantido pelo decreto 4836/2003;
- Equiparação dos benefícios sociais com o maior valor praticado nos SPFs;
- Concurso público já, pelo RJU, para todos os níveis da nossa categoria;
- Paridade entre ativos e aposentados.

### Pauta dos SPFs – Campanha Salarial 2013:

- Definição da Data-Base em 1º de Maio;
- Política permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento por parte do Governo dos acordos e protocolo de intenções firmadas;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Retirada dos PLs, MPs, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, supressão do Artigo 76 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define o prazo até 31/08 para encaminhar projetos de lei que reestrutura carreira e concede qualquer tipo de reajuste aos trabalhadores;
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Liberações para o exercício do mandato classista.

### Temos motivos de sobra, para construir uma grande mobilização!

**A hora é a agora, Técnicos Administrativos em Educação Uni-Vos!**

**Juntos, somos fortes!**

## Programa de incentivo à qualificação

*Ata da reunião do Comitê Gestor do Programa de Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnico-Administrativos – nível de graduação, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, ocorrida no dia trinta de julho de dois mil e treze, na sala da pró-reitoria de pós-graduação e pesquisa, às quatorze horas.*

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às quatorze horas, na sala da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, o Comitê Gestor, constituído pelos Pró-Reitores de Administração, de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa, de Extensão e Cultura, de Planejamento, pelos Diretores dos Departamentos de Recursos Humanos e Financeiro, pelo Diretor do Hospital Universitário Gaffrêe e Guinle - HUGG, pela Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – ASUNIRIO e pela Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UNIRIO – CIS, analisou os pedidos de incentivo e de cancelamento de incentivo, apresentados, respectivamente, pelas Servidoras inscritas no Edital PRIQ nº 02 de 18 de dezembro de 2012, no Programa de Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnico-Administrativos – nível Graduação da UNIRIO, a saber: **ANA PAULA COUTO SIMÕES**, matrícula SIAPE número 1483949, admitida em 16/02/2005, no cargo de Assistente em Administração, lotada no Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Gaffrêe e Guinle, matriculada no Curso de Direito – Bacharelado – nível Graduação, na Universidade Estácio de Sá, **deferido**. **EMÍLIA CUNHA GOMES**, matrícula SIAPE número 1897642, admitida em 21/10/2011, no cargo de Assistente em Administração, lotada na Direção da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, matriculada no Curso de Letras (Língua Portuguesa) – nível Graduação, na Universidade Estácio de Sá, **deferido**. **KARLA MARIARAGÃO DA COSTA**, matrícula SIAPE número 39852534, admitida em 01/05/1981, no cargo de Assistente em Administração, lotada na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, matriculada no Curso de História – nível Graduação, na Universidade Estácio de Sá, **deferido**. **LUCAS GOMES FERREIRA**, matrícula SIAPE número 1942416, admitido em 14/05/2012, no cargo de Assistente em Administração, lotado na Direção da Escola de Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais, matriculado no Curso de Relações Internacionais – nível Graduação, no Centro Universitário Hermínio da Silveira - IBMR, **deferido**. **MARLENE ROSA BRAZ**, matrícula SIAPE número 0398848, admitida em 18/08/1992, no cargo de Copeira, lotada na Divisão de Nutrição, do Hospital Universitário Gaffrêe e Guinle, matriculada no Curso de Gastronomia – nível Graduação, no Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM, **deferido**. **PAULO ROBERTO NASCIMENTO**, matrícula SIAPE número 01099620, admitido em 11/01/1995, no cargo de Almoxarife, lotado na Divisão de Suprimento do Departamento de Atividades de Apoio da Pró-Reitoria de Administração, matriculado no Curso de Tecnologia em Logística – nível Graduação, na Universidade Estácio de Sá, **deferido**. **CÉSAR ALMUNHA SALLES**, matrícula SIAPE número 1436100, admitido em 03/12/2003, no cargo de Técnico em Radiologia, lotado no Serviço de Radiologia Divisão do Hospital Universitário Gaffrêe e Guinle, matriculado no Curso de Direito – nível Graduação, 2 na Universidade Cândido Mendes, **indeferido** com base na alínea a) do artigo 11 da Resolução nº 3.883, de 08/03/2012 e com o Decreto nº 5.824, de 29/06/2006. **SUZANA ROCHA NEVES DE OLIVEIRA**, matrícula SIAPE número 1648894, admitida em 28/08/2008, no cargo de Assistente em Administração, lotada na Direção da Escola de Nutrição do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, matriculada no Curso de Direito – nível Graduação, nas Faculdades São José, solicitou anelamento do incentivo devido à sua redistribuição para o Colégio Pedro II, **deferido** sem a necessidade de ressarcimento à Universidade, de acordo com o § 2º do artigo 16 da Resolução nº 3.883, de 08/03/2012. Sem mais o Comitê Gestor encerrou a reunião e lavrou a presente ATA que segue assinada por seus membros. Em 30 de julho de 2013. **ANTONIO CARLOS DE REZENDE RIBEIRO**, admitido em 05/04/2013, no cargo de Analista de Tecnologia da Informação, lotado na Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação, matriculado no Curso de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação – nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* – na Universidade Gama Filho; **ELIZABETH DA SILVA GUEDES**, admitida em 24/01/1994, no cargo de Auxiliar em Administração, lotada na Pró-Reitoria de Graduação, matriculada no Curso de Mestrado em Educação – nível Pós-Graduação *Stricto Sensu* – na Universidade Estácio de Sá; **TEREZA CRISTINA CORDEIRO PINHEIRO**, admitida em 22/10/1992, no cargo de Nutricionista, lotada na Divisão de Nutrição, no Hospital Universitário Gaffrêe e Guinle, matriculada no curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente – nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – no Centro Universitário Plínio Leite/Anhanguera Educacional. Sem mais o Comitê Gestor encerrou a reunião e lavrou a presente ATA que segue assinada por seus membros. Em 30 de julho de 2013.

## Moção de repúdio

A FASUBRA Sindical vem a público denunciar a forma truculenta e criminosa com que a Polícia Militar do Governo Sérgio Cabral vem reprimindo os participantes das legítimas manifestações que ocorrem no Rio de Janeiro, causando fatos lamentáveis como o ocorrido com o técnico-administrativo em educação Rafael Caruso, da UNIRIO, atingido por um tiro de armamento letal na panturrilha esquerda, durante a manifestação do dia 22/07. O uso de armas letais contra população civil não se justifica sob nenhuma hipótese. Desta maneira, a FASUBRA repudia as agressões praticadas pela Polícia Militar contra os cidadãos que exercem seu legítimo direito de livre expressão, reitera seu apoio às manifestações ao mesmo tempo em que exige a punição dos culpados.

### COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO

## Licença-prêmio não usufruída deve ser computada para enquadramento

*Considerada como período de efetivo exercício, a licença-prêmio deve ser considerada para enquadramento do servidor aposentado no plano de carreira dos técnicos administrativos*

Servidora aposentada da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) ingressou com ação judicial em desfavor da instituição de ensino a fim de que a contagem dos períodos de licença-prêmio não usufruídas fosse aproveitada para o enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE). A decisão favorável à autora, obtida no julgamento da instância de origem, foi mantida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso interposto pela Universidade.

À época da aposentadoria da servidora, a licença-prêmio era considerada tempo de efetivo exercício, sendo computada para a sua aposentadoria. Tal entendimento, de acordo com a Segunda Turma do STJ, não pode ser desconsiderado para o enquadramento. Assim, destacou-se que na Lei regulamentar do enquadramento no Plano de Carreira em questão, todo o tempo de efetivo exercício deve ser computado, incluindo-se as licenças-prêmio não usufruídas.

### ASSÉDIO MORAL

## Servidor conquista indenização por danos morais devido a assédio moral

Servidor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ingressou com processo judicial em desfavor da mesma requerendo indenização por dano moral devido ao tratamento irônico e depreciativo recebido por sua chefia, e a exclusão de qualquer referência desagradável de seus registros funcionais. Representado pelo escritório Wagner Advogados Associados, o autor da ação obteve resultado favorável ao seu pleito.

O servidor alegou que a responsável por sua equipe usou de tratamento descortês para com ele e o restante de sua equipe, submetendo-o ao ócio ao destituí-lo de suas atribuições, com a conivência de outros diretores da ANVISA; aspecto mais absurdo do assédio moral apontado pelo autor da ação. Devido à postura adotada, a chefe foi punida administrativamente por censura ética em processo ético-administrativo promovido pelo mesmo autor da ação judicial.

Analisando o resultado do processo administrativo movido contra a chefia, o Juiz Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal concluiu que houve de fato, assédio moral ao servidor. Assim, condenou a ANVISA ao pagamento de indenização por dano moral ao autor, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigida pelos índices oficiais da caderneta de poupança, a contar da data da propositura da ação. A Agência foi determinada, também a retirar dos registros funcionais do servidor os apontamentos pejorativos subscritos por sua ex-chefe.

O advogado Luiz Antônio Müller Marques, De Wagner Advogados Associados, salienta que o reconhecimento judicial do assédio moral é uma vitória considerável, mas que o valor atribuído não corresponde ao sofrimento imposto ao servidor. Por tal motivo, haverá recurso buscando junto ao Tribunal Regional da 1ª Região o reconhecimento de uma indenização mais significativa.

Fonte: Wagner Advogados Associados

## Por que a presidente mudou de ideia?

*Na campanha eleitoral, a presidente Dilma Rousseff condenava com veemência a privatização do pré-sal dizendo: “Ele é o nosso passaporte para o futuro e entregá-lo é perder dinheiro”. Por que a presidente mudou de ideia?*

*Por Fernando Siqueira*

Na campanha eleitoral, a presidente Dilma Rousseff derrotou o candidato José Serra porque se colocava contra as privatizações. A polêmica estatal x privado foi o diferencial que conseguiu virar as eleições e garantir a vitória no 2º turno. Ela condenou com veemência a privatização do pré-sal dizendo: “Ele é o nosso passaporte para o futuro e entregá-lo é perder dinheiro”. Por que a presidente mudou de ideia?

A nosso ver por três razões: 1) pressões externas — o Congresso Mundial de Petróleo, ocorrido em fevereiro/2013, no Riocentro, teve como tema central o lobby pela reabertura dos leilões, resultando na ida do ministro Lobão ao encerramento quando declarou a retomada dos leilões; o vice-presidente americano, Joe Biden, veio pessoalmente “convencer” a presidenta a leiloar Libra, e a presidente da Petrobras, Graça Foster, a não se empenhar na aquisição do bloco; 2) pressões internas — o governo precisa completar o montante do superávit primário, e um bônus de R\$ 15 bilhões é o montante que vem a calhar; 3) pressões externa / interna — o grave problema cambial. O déficit em conta corrente internacional está em cerca de US\$ 70 bilhões e cresce avassaladoramente devido à remessa de lucros das mais de 4 mil empresas desnacionalizadas no governo FHC e nos governos petistas.

Portanto, o governo reage equivocadamente aos três motivos, pois, como dizia o presidente americano Woodrow Wilson: “A nação que possui petróleo no subsolo e o entrega a outro país para explorar não zela pelo seu futuro”. A volta dos leilões é boa solução apenas para o cartel do petróleo, para os países petróleo dependentes, como Estados Unidos, China, Japão e as potências europeias. É forma de suprir suas necessidades de energia retirando-os de uma grande insegurança energética em face das suas parcas reservas.

Por seu lado, o fim dos leilões poderá gerar gasolina e gás muito mais baratos no Brasil. Como acontece na Venezuela, por exemplo, onde a PDVSA é estatal, permitindo que o Estado aplique mais recursos em saúde, educação, moradia, reforma agrária e outros programas sociais. A Venezuela tem o menor índice de desigualdade da América Latina, enquanto o Brasil é o 4º pior.

Não tem sentido comprometer o futuro das gerações para cobrir política econômica equivocada, que está impedindo que o país mais viável do planeta se transforme numa potência econômica, financeira e tecnológica. Entregar as riquezas para cobrir superávit primário gerado por juros bancários que levam 45% do orçamento em detrimento da educação, saúde, segurança e infraestrutura é inaceitável.

O déficit em conta corrente, por sua vez, criou uma bola de neve: a política econômica de FHC facilitou a desnacionalização das empresas genuinamente nacionais; as remessas de lucros e importações de insumos superfaturados das matrizes dessas empresas gerou déficit em conta corrente. Passou-se a incentivar a vinda do investimento externo — entram dólares para especular na bolsa ou comprar empresas prontas e lucrativas. Ambas as atividades geram novas remessas e nova necessidade de dólares. Um círculo vicioso que pode comprometer o crescimento sem necessidade.

Entregar Libra e até o pré-sal todo não resolverá o problema, ao contrário, o agravará, pois o lucro das empresas será remetido para o exterior em petróleo bruto — o que gera uma perda de 30%, só de impostos. Portanto, a solução é usar o pré-sal, para estancar a sangria, mantendo-o com a Petrobras — conforme artigo 12 da lei nova e recuperando o bem-estar do povo com um bem que lhe pertence. Só Libra tem uma reserva de 15 bilhões de barris, ou seja, US\$ 1,5 trilhão.

Preocupante: o cenário foi montado para entregar Libra ao cartel internacional do petróleo. O governo, ilegalmente, estrangula a Petrobras, empresa com acionistas privados, obrigando-a a importar derivados e vender mais barato no país para controlar a inflação. Mas não obriga as concorrentes a fazerem o mesmo. Querem a Petrobras manietada. As outras empresas de nacionais, enfraquecidas, não terão recursos para participar.

Achamos que o povo deve retornar para as ruas. Não mais por 20 centavos, mas por mais de US\$ 20 trilhões. E, acima de tudo, pelo desenvolvimento tecnológico, geração de empregos de qualidade, reativação das empresas genuinamente nacionais, que não remetem lucro para fora do país e investimentos vitais em educação, segurança e saúde — padrão Fifa. É agora ou nunca.